

DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

Ata de Registro de Preços 12/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2025	290002-DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	SELMA SILVA NOBREGA	13/05/2026 07:57 (v 1.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		08038.006624/2025-81

1. Do objeto

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 08038.002640/2025-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2025

A Defensoria Pública da União, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte - CEP: 70.040-908, Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob n.º 00.375.114/0001-16, neste ato representada pelo Secretário-Geral Executivo, Dr. xxxxx, Portaria GABDPGF DPGU n.º xxxxx, publicada no Diário Oficial da União, Seção xxx, nº xxx, p.xxx, de xxxx, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 88 de 14 de fevereiro de 2014 e Portaria nº 188 de Julho 2023 publicada no Boletim Eletrônico Interno da DPU – BEIDPU de 20 de julho de 2023 – Edição nº 142, considerando o julgamento do Pregão xxxxx para REGISTRO DE PREÇOS nº xxx/2026, processo administrativo 08038.006624/2025-81, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital xxx /2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa SGD/ME n.º 94, de 23 de dezembro de 2022 e no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1- OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para atualização/aquisição de licenças na modalidade perpétua ou subscrição para sistemas operacionais e soluções de software dos fabricantes **Microsoft, SUSE e Red Hat**, em uso em servidores na forma de software livre ou licenças desatualizadas, compreendendo os produtos **Microsoft Windows Server Standard Core, Microsoft System Center Standard Core, SUSE Rancher Prime, SUSE Rancher Suite, SUSE Linux Enterprise Server e Red Hat Enterprise Linux Server with Smart Management**, visando garantir a atualização tecnológica, a continuidade do suporte oficial e a mitigação de vulnerabilidades na infraestrutura de rede da Defensoria Pública da União, por meio de Sistema de Registro de Preços – SRP.

Grupo	Item	CATMAT /CATSER	PartNumber	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Atual	Qtde Ata	Fonte Valor
1	1	27464	MS.5.0-A0527	System Center Standard Core ALng LSA 2L 9EN-00494	Licença Perpétua	350	604	Catálogo SGD
	2	27464	MS.5.0-A0689	Win Server Standard Core ALng LSA 2L 9EM-00562	Licença Perpétua	350	604	Catálogo SGD

2	3	27502	B-RP-2C4V-S3Y	SUSE Rancher Prime, 2 Cores or 4 vCPUs, Standard Subscription, 3 Year ()	Licença Subscrição por 36 meses	0	50	Catálogo SGD
	4	27502	B-RES-2C4V-S3Y	SUSE Rancher Suite, 2 Cores or 4 vCPUs, Standard Subscription, 3 Year	Licença Subscrição por 36 meses	0	50	Catálogo SGD
	5	27502	874-008168	SUSE Linux Enterprise Server, x86-64, 1 Virtual Machine, Standard Subscription, 3 Year	Licença Subscrição por 36 meses	0	50	Catálogo SGD
	6	27502	17-000346	SUSE Assist - 1 Week (up to 40 hrs), valid for 12 Months – Brazil	Pacote 40 horas	0	8	Catálogo SGD
3	7	27502	RH00009F3	Red Hat Enterprise Linux Server with Smart Management, Standard (Physical or Virtual Nodes)	Licença Subscrição por 12 meses	15	50	Catálogo SGD

1.2. As licenças e subscrições objeto desta contratação serão disponibilizadas para toda a infraestrutura tecnológica da Defensoria Pública da União, abrangendo a sede em Brasília/DF e todas as unidades da DPU em âmbito nacional, conforme demanda gerenciada pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

1.3. Propriedade Intelectual

- 13.1. Em conformidade com o art. 93 da Lei nº 14.133, de 2021, os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre quaisquer artefatos, documentações técnicas ou produtos intelectuais criados ou adaptados pelo FORNECEDOR REGISTRADO em decorrência das contratações realizadas com base nesta Ata pertencerão integralmente ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, conforme o caso.
- 13.2. O FORNECEDOR REGISTRADO cede, de forma plena e incondicional, todos os direitos patrimoniais sobre os produtos intelectuais eventualmente gerados no âmbito das contratações decorrentes desta Ata, incluindo documentação, modelos de dados e bases de dados, sem custos adicionais ao Poder Público.
- 13.3. Quanto ao objeto principal registrado — licenças perpétuas e subscrições de softwares de fabricantes terceiros —, os direitos de propriedade intelectual sobre os referidos softwares permanecem com seus respectivos fabricantes, cabendo ao órgão contratante apenas o direito de uso nas condições estabelecidas pelos fabricantes e nos termos das contratações formalizadas com base nesta Ata.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Grupo Único	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
	Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.3.CONTROLE E GERENCIAMENTO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS

2.3.1. Caberá ao órgão gerenciador o controle e acompanhamento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, de forma a assegurar que as contratações dela decorrentes não excedam os limites máximos estabelecidos;

2.3.2. O órgão gerenciador deverá manter registro atualizado dos saldos disponíveis para cada item, considerando as contratações realizadas, de modo a garantir a adequada gestão da ata e a transparência das informações;

2.3.3. As contratações decorrentes desta Ata deverão observar rigorosamente os quantitativos registrados, sendo vedada a sua extrapolação, nos termos da legislação vigente;

2.3.4. O acompanhamento da execução da ata incluirá a verificação periódica da utilização dos quantitativos, podendo o órgão gerenciador adotar medidas administrativas necessárias à adequada gestão e eventual ajuste da contratação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

### **3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)**

#### **3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

3.1. O órgão gerenciador, como o único contratante será a Defensoria Pública da União, não havendo do que se falar em participação de outros órgãos públicos, como disposto no §1º, art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

### **4. Da adesão à Ata de Registro de Preços**

#### **4. SEM ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. **Não** será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4.2. A vedação à adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes fundamenta-se em razões técnicas, operacionais e de planejamento, devidamente alinhadas às características específicas do objeto.

4.3. A contratação envolve o fornecimento de licenças e subscrições de software vinculadas a fabricantes determinados, com requisitos próprios de licenciamento, suporte oficial e, quando aplicável, comprovação de credenciamento ou autorização do fabricante, o que impõe condições específicas de execução que não se mostram compatíveis com a ampliação indiscriminada do escopo para outros órgãos.

4.4. Ademais, os quantitativos registrados foram definidos com base em levantamento detalhado das necessidades da Defensoria Pública da União, considerando sua infraestrutura tecnológica, seu ambiente operacional e seu planejamento institucional, não contemplando demandas externas. A eventual adesão poderia comprometer o equilíbrio da ata, a gestão dos quantitativos e a capacidade de atendimento do fornecedor, com risco à continuidade dos serviços essenciais.

4.5. Destaca-se, ainda, que a contratação envolve ambiente de missão crítica, com exigência de suporte técnico especializado e tempestivo, bem como requisitos de segurança da informação e continuidade operacional, o que reforça a necessidade de controle restrito sobre a execução contratual.

4.6. Nesse contexto, a vedação à adesão encontra respaldo nos princípios do planejamento, da eficiência e da segurança da contratação, constituindo medida necessária para preservar a adequada execução do objeto e mitigar riscos operacionais, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de governança recomendadas pelos órgãos de controle.

### **5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva**

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado;

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;

5.1.4. O Termo de Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura pelas partes, na forma do artigo 105 e 106 da Lei 14.133 de 2021, considerando que se trata de serviços contínuos.

5.1.4.1. Após a vigência contratual as obrigações relacionadas a atualização e suporte das licenças de subscrição serão mantidas pelo fabricante tendo em vista a natureza do tipo de licenciamento adotado.

5.1.4.2. A entrega de todos os itens, licenças e subscrições, deverá ser efetivada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento de cada Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que devidamente justificado pela Contratada e autorizado pela DPU.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo GERENCIADOR por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9 desta Ata de Registro de Preços.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Contratante.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Contratante convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Contratante, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Contratante a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. Alteração ou atualização dos preços registrados**

### **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

## **7. Negociação dos preços registrados**

### **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará as licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado;

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7;

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP**

### **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. Considerando que o item 4.1 não permite a adesão à ata de registro de preços resultante desta licitação, o remanejamento não se aplica.

## **9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados**

### **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar as Licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. Das penalidades**

### **10. PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 8 do Termo de Referência Anexo do Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme estipulado no artigo 7º, inciso XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 11. Condições gerais

### 11. PROPRIEDADE INTELECTUAL

11.1. Em conformidade com o art. 93 da Lei nº 14.133, de 2021, os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre quaisquer artefatos, documentações técnicas ou produtos intelectuais criados ou adaptados pelo FORNECEDOR REGISTRADO em decorrência das contratações realizadas com base nesta Ata pertencerão integralmente ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, conforme o caso.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO cede, de forma plena e incondicional, todos os direitos patrimoniais sobre os produtos intelectuais eventualmente gerados no âmbito das contratações decorrentes desta Ata, incluindo documentação, modelos de dados e bases de dados, sem custos adicionais ao Poder Público.

11.3. Quanto ao objeto principal registrado — licenças perpétuas e subscrições de softwares de fabricantes terceiros —, os direitos de propriedade intelectual sobre os referidos softwares permanecem com seus respectivos fabricantes, cabendo ao órgão contratante apenas o direito de uso nas condições estabelecidas pelos fabricantes e nos termos das contratações formalizadas com base nesta Ata.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPPE VILACA LOUREIRO SANTOS**

Secretário-Geral Executivo Adjunto